



Amós Oz: de lealdades e traições

Amos Oz: of Loyalties and Betrayals

Saul Kirschbaum *

Resumo: Este artigo analisará *Judas*, o mais recente romance (2014) do escritor israelense Amós Oz. Nessa obra de ficção, Oz utiliza o contexto da suposta traição do apóstolo Judas, narrada nos Evangelhos, e o delicado relacionamento afetivo entre um jovem universitário e uma viúva de guerra de meia idade para abordar as intensas controvérsias no interior do movimento sionista nos anos que antecederam a criação do Estado de Israel, com veementes acusações de traição contra os militantes que se opuseram à linha hegemônica da Organização Sionista e da Agência Judaica – propunham a criação de um estado binacional – e tentativas de deslegitimá-los.

Palavras-chave: Sionismo. Palestinos. Ficção histórica.

Abstract: This article will examine *Judas*, the most recent novel (2014) published by the Israeli writer Amos Oz. In this work of fiction, the author uses the context of the alleged betrayal of Judas the apostle, narrated in the Gospels, and the delicate emotional relationship between a young college student and a middle-aged war widow to address the intense controversy within the Zionist movement in the years before the establishment of the State of Israel, marked by vehement accusations of treason against the militants who opposed the hegemonic line of the Zionist Organization and the Jewish Agency – they proposed the creation of a binational state – and attempts to de-legitimize them.

Keywords: Zionism. Palestinians. Historical Fiction.

Os que estão dispostos a mudar, os que têm a força para mudar, sempre serão vistos como traidores pelos que não são capazes de qualquer mudança, que têm um medo mortal de mudanças, não entendem o que é mudança e abominam toda mudança.

Amós Oz

[...] no fundo, a desconfiança, a alegria dos perseguidos e até mesmo o ódio a todo o gênero humano são todos muito menos



devastadores do que um amor a todo o gênero humano: o amor a todo o gênero humano exala um cheiro muito antigo de rios encharcados de sangue. A meu ver o ódio gratuito é menos ruim do que o amor gratuito.

Amós Oz

Shmuel Asch, protagonista de *Judas*, o mais recente romance de Amós Oz, interrompeu seus estudos na universidade, mas continua interessado no tema da pesquisa que vinha desenvolvendo: “Jesus na visão dos judeus”. Para ele, “Judas Iscariotes foi o mais fiel e dedicado de todos os seus [de Jesus] discípulos, e [...] nunca o traiu, mas, ao contrário, quis provar ao mundo inteiro como ele era grande” (p. 135).

Em outras palavras, Judas, para Shmuel, é o fundador da religião cristã: plenamente confiante na divindade de Jesus, assume a tarefa de convencê-lo a se deixar crucificar. “E aos olhos de Jerusalém inteira ele se livraria e desceria da cruz, vivo e presente, e se postaria saudável e inteiro, sobre as duas pernas, firme sobre o solo ao pé da cruz”. E assim,

o mundo inteiro, sacerdotes e o povo comum, romanos e edomitas e helenistas, fariseus e saduceus e essênios, samaritanos e ricos e pobres, centenas de milhares de peregrinos que chegarão a Jerusalém vindos de todo o país e dos países vizinhos para a festa de Pessach, todos cairão de joelhos para se empoeirar com o pó de seus pés. Com isso começará o Reino dos Céus (p. 173-174).

Certamente, a tese da crucificação como um plano elaborado por Jesus e Judas, ou de autoria de Judas, e por ele oferecido a Jesus, não é nova. Já fora desenvolvida, por exemplo, por Anthony Burgess no romance *O homem de Nazaré*, de 1976. O próprio Shmuel percebeu que sua pesquisa empacara ao se dar conta de que “em sua brilhante ideia não havia de fato nada de novo, já fora publicada antes de ele ter nascido, no início da década de 30, numa nota de rodapé num pequeno artigo”. Podemos então desconfiar que o objetivo de Amós Oz não seja simplesmente promover uma reavaliação da figura de Judas Iscariotes. Ecoando a conhecida tese de Walter Benjamin sobre a importância de estudar o passado como a centelha que ilumina o presente,¹ o protagonista do romance comenta: “isso de certa forma se liga [...] ao destino dos maiores reformadores da sociedade nas últimas gerações” (p. 32).



O tema que perpassa o romance é a traição. Ou a fina linha que separa a traição da lealdade. Entre importantes personalidades que foram acusadas de traição, “epíteto que na verdade deveria ser visto até como uma condecoração por mérito”, Shmuel relaciona Charles de Gaulle, o profeta Jeremias, Eliseu ben Abuya, Abraham Lincoln, os oficiais alemães que tentaram matar Hitler em 1944, Theodor Herzl e David Ben Gurion. “Na história de vez em quando surgem pessoas corajosas que estão à frente de seu tempo e por isso são chamadas de traidoras ou exóticas”, Shmuel sumariza (p. 285-286). O próprio avô do protagonista, hábil falsificador, se alistara na polícia secreta britânica da época do Mandato para obter informações sigilosas para as forças subterrâneas judaicas; seus companheiros de organização concluíram que ele era um agente duplo, traidor, e o assassinaram (p. 286-287).

O *topos* da acusação equivocada de traição já fora empregado por Amós Oz em obras anteriores, como *Pantera no porão*, escrito em 1995, e o infanto-juvenil *Sumri*, de 1978. Veja-se, por exemplo, no parágrafo de abertura de *Pantera no porão*, o monólogo interior do narrador-protagonista:

Muitas vezes na vida já fui chamado de traidor. A primeira foi quando eu tinha doze anos e três meses e morava num bairro nos arredores de Jerusalém. Foi nas férias de verão de 1947, menos de um ano antes da retirada do Exército britânico e da criação do Estado de Israel, nascido em meio à guerra. (OZ, 1999, p. 7)

Na contramão, infere-se, a lealdade absoluta, incondicional e irrefletida a um partido, uma ideia, um governo, tem um grande potencial de resultar em traição ao próprio povo, em aceitação ativa e acrítica da prática de crimes contra a humanidade. Assim, por exemplo, os alemães que aderiram incondicionalmente ao regime nazista foram capazes de perpetrar genocídios.

É impossível saber quanto de histórico e quanto de lendário há no Judas dos Evangelhos. Mas a personagem mais importante do romance de Amós Oz é puramente ficcional: Shaltiel Abravanel, que em nenhum momento participa diretamente da trama do romance, sendo somente citado e referido; não obstante, seu passado e sua memória pairam sobre tudo o que acontece às três personagens que movimentam o presente da narrativa: sua filha Atalia, seu consogro Gershom Wald, semi-invalído, e Shmuel Asch, jovem estudante contratado por Atalia para fazer companhia a Wald, algumas horas por dia. Abravanel é representado como o arquitraidor, figura de destaque no sionismo antes da criação do Estado, membro da direção da Agência Judaica e do Comitê Nacional durante nove anos, que foi forçado a renunciar a seus cargos e retirar-



se da vida política por se opor à linha vitoriosa defendida por David Ben Gurion.

Articulando literatura e história, a personagem Shaltiel é construída por Amós Oz como síntese de um número de judeus “traidores”, ou seja, destacados militantes sionistas que se opuseram publicamente à corrente hegemônica da Organização Sionista, atuando por intermédio de movimentos minoritários existentes no interior do sionismo, como a *Brit Schalom*² e o *Ihud*.³ Cito alguns dos mais conhecidos: Albert Einstein, Ernst Simon, Gershom Scholem, Hannah Arendt, Henrietta Szold, Judah Leib Magnes, Martin Buber, Moshe Smilanski. Defendiam a tese de que qualquer solução para a questão judaica na Palestina que excluísse os árabes conduziria, em um prazo maior ou menor, a uma catástrofe. Também podemos pensar Shaltiel Abravanel como uma espécie de alter ego de Amós Oz, cuja militância política em favor da paz com os palestinos e da criação de um estado palestino, por meio de organizações como o *Shalom Achshav* e de publicações, é tão destacada quanto sua atividade literária ficcional, ligando-se, assim, aos demais “traidores”.

Já em 1932, em carta a Jakob Wilhelm Hauer, Martin Buber dizia: “vejo a ideia de um estado *völkisch* como problemática e sua absolutização, que é comum hoje em dia, como a estrada direta para a catástrofe que se aproxima”.⁴

Em 1939, Buber escreveu a Gandhi uma carta polêmica – em resposta a uma declaração publicada pelo líder indiano em 26 de novembro de 1938, em que afirmava que “a Palestina pertence aos árabes” –, na qual lhe dizia que:

Pertenço a um grupo de pessoas que, desde a época em que a Grã-Bretanha conquistou a Palestina, não cessou de lutar pela obtenção de paz genuína entre judeus e árabes. Por paz genuína, inferíamos e ainda inferimos que ambos os povos deveriam desenvolver a terra juntos, sem que um imponha sua vontade sobre o outro. [...] Estávamos e ainda estamos bem conscientes que nesse incomum – e até sem precedentes – caso, trata-se de buscar novas formas de entendimento e acordo cordial entre as nações.⁵

Amós Oz coloca na boca de Shmuel Asch as seguintes palavras:

Se não houver paz, um dia os árabes vão nos vencer. É só uma questão de tempo e de paciência. E os árabes têm um tempo infinito, e também uma paciência bem extensível. Eles não vão nos perdoar a humilhação de sua derrota em 1948 nem a conspiração que armamos contra eles junto com a Inglaterra e a França, há três anos (p. 121).⁶



Em outubro de 1944, em convenção anual realizada em Atlantic City, o sionismo norte-americano aprovou por unanimidade resolução exigindo a criação de uma “comunidade judaica livre e democrática, que abrangeria toda a Palestina, não dividida e não diminuída”. Essa resolução, na sequência, foi referendada pela Organização Sionista Mundial em Conferência realizada em Londres em agosto de 1945. Hannah Arendt, em artigo de 1944, escreveu:

A resolução de Atlantic City vai além do Programa de Biltmore (1942), na qual a minoria judaica concedia direitos minoritários à maioria árabe. Desta vez, os árabes simplesmente não foram mencionados, deixando-lhes, obviamente, a escolha entre emigração voluntária e cidadania de segunda classe.⁷

Em 1943, Judah Leib Magnes, primeiro reitor da Universidade Hebraica de Jerusalém, publicara declaração, em franca oposição às exigências sionistas, propondo a criação de um estado binacional a ser incluído em uma federação árabe, que seria conectada a uma espécie de aliança anglo-americana⁸.

Em carta a Martin Buber de 1946, Albert Einstein diria:

Minha proposta [em testemunho perante a Comissão Anglo-Americana para a Palestina] era semelhante à de Magnes (um governo binacional sob supervisão direta das Nações Unidas) e apelava para a formação de um estado judeu que iria considerar a distribuição prevalecente da população, mas foi rejeitada como inviável.⁹

No romance, Shmuel pesquisa sobre Shaltiel em arquivos jornalísticos e localiza em um jornal da época uma pequena notícia dando conta que

em 18 de junho de 1947 Abravanel pedira para comparecer ante a comissão especial enviada pela Organização das Nações Unidas para estudar a questão relativa ao futuro de Erets Israel. Abravanel solicitava que pudesse apresentar à comissão a opinião de uma minoria ou, na verdade, uma opinião solitária sobre o conflito entre judeus e árabes. Para sugerir uma solução original por meios pacíficos. A direção da Agência Judaica tinha rechaçado seu pedido, sob a alegação de que cabia à Agência Judaica e ao executivo da Organização Sionista dirigir-se à comissão de maneira unânime, e não por intermédio de várias vozes contraditórias entre si (p. 153).

Em outra notícia, de 21 de dezembro de 1947, Shmuel lê que



na opinião do *chaver* Abravanel, a linha adotada por David Ben Gurion e outros levaria inevitavelmente a uma guerra sangrenta entre os dois povos do país, uma guerra sangrenta da qual era impossível saber quem sairia vencedor, e que essa linha podia ser considerada uma aposta precipitada na vida ou na morte dos seiscentos mil judeus de Erets Israel. Na opinião de Abravanel, assim estava escrito, ainda não estava bloqueado o caminho para uma solução de compromisso histórica entre os dois povos que viviam no país (p. 160-161).

Em *Judas*, Gershom Wald explica a Shmuel que

Shaltiel Abravanel, o pai de Atalia, tentou em vão convencer Ben Gurion, em 1948, de que ainda se podia chegar a um acordo com os árabes para expulsar os ingleses e criar uma comunidade de árabes e judeus, se aceitássemos abandonar a ideia de um Estado judeu. Ora, por causa disso ele foi expulso do executivo da organização Sionista e da direção da Agência Judaica, que era na prática o governo judaico não oficial nos dias finais do mandato britânico (p. 120).

Na verdade, a posição de Abravanel era ainda muito mais radical. Ele se opunha à própria criação de um estado. É Atalia que informa a Shmuel:

Ele não chegou a isso do dia para a noite. A revolta árabe de 1936, Hitler, os movimentos subterrâneos, os assassinatos, as represálias das organizações subterrâneas judaicas, os patíbulos erguidos pelos britânicos, e principalmente – as muitas conversas que teve com seus amigos árabes, o levaram à ideia de que aqui havia de fato bastante lugar para duas comunidades, e que seria melhor para elas coexistirem lado a lado, ou uma dentro da outra, sem nenhuma estrutura de Estado. Existir como comunidade mista, ou como uma combinação de duas comunidades que não ameaçam o futuro uma da outra (p. 213).

No plano das relações interpessoais, paira sobre as personagens a figura de Micha, filho único de Wald, marido de Atalia, genro de Abravanel. Sua morte em combate na Guerra da Independência projeta sobre Atalia uma perda irreparável e sobre Wald uma culpa insuportável. Impõe a ambos a interrupção catastrófica do futuro. “O pai de um neto que jamais terei”, diz Wald. “E ele foi



um menino órfão, cresceu comigo sem mãe. A mãe morreu quando só tinha seis anos. Eu o criei sozinho. Fui eu mesmo quem o pegou e o levou ao monte Moriah” (p. 202). De fato, Micha não precisava se alistar porque lhe faltava um rim. Atalia e Shaltiel tentaram dissuadi-lo de se apresentar como voluntário. Atalia “zombou dele, dizendo ser um bebê correndo até o quintal para brincar de caubóis e índios.”. Shaltiel o fez jurar que não iria; insistia que “aquela guerra era uma loucura de Ben Gurion e uma loucura para um povo inteiro” (p. 203). Viúva, Atalia agora é incapaz de manter relações afetivas duradouras com outros homens. Shmuel não é o primeiro homem, nem será o último, a quem Atalia concede uma ou duas noites, e depois repele.

Albert Einstein, Ernst Simon, Gershom Scholem, Hannah Arendt, Henrietta Szold, Judah Leib Magnes, Martin Buber, Moshe Smilanski, Shaltiel Abravanel. Por que é esse o nome do herói do romance? Esboço a seguir uma tentativa de análise.¹⁰

O sobrenome Abravanel o vincula a uma das mais antigas e distintas famílias sefarditas, cuja ascendência direta tem origem no Rei David bíblico. Exerceram papéis de liderança da comunidade, nos terrenos político, religioso e cultural. Dom Yitzchak ben Yehuda Abravanel (Lisboa, 1437 – Veneza, 1508), por exemplo, foi um estadista, filósofo, comentador da Bíblia e financista judeu português. Não obstante sua alta posição e grande riqueza que herdou do pai, seu amor pelos pobres e oprimidos era notável. Quando Arzila, em Marrocos, foi tomada pelos portugueses e os prisioneiros judeus foram vendidos como escravos, contribuiu largamente com os fundos necessários para libertá-los e organizou coletas em seu favor por todo Portugal.

Outra figura notável da família foi Judah Leon Abravanel (Lisboa, 1465 – Nápoles, c. 1523), também conhecido como Leão Hebreu. Médico, poeta e filósofo judeu português, sua obra *Dialoghi d'Amore* (Diálogos de Amor) foi um dos mais importantes trabalhos filosóficos de seu tempo.

No presente do romance, o vínculo da família com os destinos do povo judeu e sua profunda religiosidade são atestados pelos dizeres no arco de ferro sobre o portão de entrada da casa, “Chegou a Sion o Redentor de Jerusalém *Tovava, 5674*” (p. 23), bem como pela inscrição no meio da folha direita da porta de entrada, “Casa de Iehoiachin Abravanel *Hi'v* para dizer que Deus é Justo” (p. 25). A cabeça esculpida de um leão cego, que funciona como aldraba, e cujas presas estavam cerradas em torno de uma grande argola de ferro, pode aproximar Shaltiel de seu antepassado Leão Hebreu.

O prenome Shaltiel (em hebraico Shealtiel, “consultei” ou “perguntei a Deus”), remete à personagem bíblica citada em 1 Crônicas 3:17, segundo filho do rei Jeconias. Como o rei Nabucodonosor exilou para a Babilônia Jeconias e seu tio



Zedekias, o último rei de Judá, e lá matou Zedekias, Shealtiel tornou-se o herdeiro legal do trono, caso a monarquia davídica viesse a ser restaurada. Seu filho Zorobabel liderou o retorno do primeiro grupo de judeus exilados que se encontravam no cativeiro babilônico após 539 a.C., quando o rei Ciro da Pérsia conquistou a Babilônia. Filho de Shealtiel e neto de Jeconias, Zorobabel teria, portanto, toda a legitimidade para reconstruir o Templo de Jerusalém¹¹. Shaltiel Abravanel não teve filho homem para ocupar o lugar simbólico de Zorobabel, mas Atalia é o nome da rainha de Judá, filha do rei Acabe, de Israel, e de sua esposa Jezabel (2 Reis, 8:18-26).

Contrário à existência de quaisquer estados nacionais, Shaltiel Abravanel certamente não teria interesse em assumir a liderança do povo judeu na criação do Estado de Israel; mas, se essa análise está correta, sua legitimidade poderia apontar para outro caminho possível para o empreendimento sionista. Caminho no qual seu genro não teria sido morto em condições degradantes e sua filha teria sido a mãe de seus netos.

* **Saul Kirschbaum** é Doutor em Letras pelo Programa de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas da USP, com pós-doutorado pela Unicamp.

Notas

¹ “Teses sobre a filosofia da história”, tese VI: “Articular historicamente algo passado não significa reconhecê-lo ‘como ele efetivamente foi’. Significa captar uma lembrança como ela fulgura num instante de perigo. [...] A cada época é preciso sempre de novo tentar arrancar o que foi transmitido do conformismo que ameaça subjugar-lo.”. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Walter Benjamin*, p. 156.

² “Aliança para a Paz”. Movimento fundado em 1925 por um grupo de intelectuais judeus “universalistas”, que em nenhum momento contou com mais de 100 membros e desintegrou-se no começo de 1930; mas a ideia de um estado único para judeus e árabes entre o Jordão e o Mediterrâneo nunca morreu completamente. Em 1942, Judah Leon Magnes e partidários do Brit Schalom formaram o partido político Ihud, que também defendia o binacionalismo.

³ “Unidade”. Pequeno partido político sionista binacionalista, dedicado à reconciliação entre árabes e judeus, fundado por Judah Leon Magnes, Martin Buber, Ernst Simon e Henrietta Szold em 1942; advogava um estado árabe-judaico que seria parte de uma Federação Árabe mais ampla. O partido apresentou suas ideias ao Comitê Anglo-Americano de Inquérito em 1946 e



para o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina em 1947. O Comitê Anglo-Americano votou amplamente a favor das propostas do Ihud, recomendando uma União Econômica na Palestina.

⁴ GLATZER, Nahum N., MENDES-FLOHR, Paul. *Carta 411*, Martin Buber to Jakob Wilhelm Hauer. October 4, 1932. In: _____. *The Letters of Martin Buber*, p. 389. (Tradução minha). Hauer, na época, era simpatizante do nazismo; mais tarde filiou-se ao partido nazista.

⁵ GLATZER, Nahum N., MENDES-FLOHR, Paul. *Carta 523*, Martin Buber to Mohandas K. Gandhi. Jerusalem, February 24, 1939. p. 481. (Tradução minha).

⁶ A narrativa é situada no ano de 1959; logo, a referência é à Guerra do Suez, reação à nacionalização do Canal, por Gamal Abdel Nasser, em que Israel se associou à França e à Grã-Bretanha.

⁷ ARENDT, Hannah. Zionism Reconsidered. In: _____. *The Jewish Writings*, p. 343- 374, tradução minha. Ver também *Hannah Arendt and the Jewish Question*, de Richard J. Bernstein.

⁸ ARENDT, Hannah. The Crisis of Zionism. (p. 329-37) In: _____. *The Jewish Writings*, p. 332-3333 (Tradução minha).

⁹ GLATZER, Nahum N., MENDES-FLOHR, Paul – *Carta 547*, Albert Einstein to Martin Buber – January 29, 1946. p. 509. (Tradução minha).

¹⁰ Agradeço à minha amiga, Profa. Dra. Nancy Rozenchan, as indicações que possibilitaram a elaboração desta análise.

¹¹ Ver, por exemplo, Esdras, 3:8.

Referências

ARENDT, Hannah. *The Jewish Writings*. Vários tradutores. New York: Schocken Books, 2007.

BERNSTEIN, Richard J. *Hannah Arendt and the Jewish Question*. Cambridge: The MIT Press, 1996.

BENJAMIN, Walter. *Illuminations: Essays and Reflections*. Trad. Harry Zohn. New York: Schocken Books, 1969.

BURGESS, Anthony. *O homem de Nazaré*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.



GLATZER, Nahum N., MENDES-FLOHR, Paul (Org.). *The Letters of Martin Buber: A Life of Dialog*. Trad. Richard and Clara Winston and Harry Zohn. New York: Schocken Books, 1991.

KOTHE, Flávio R. (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LÖWY, Michael. *Judeus heterodoxos: messianismo, romantismo, utopia*. Trad. Marcio Honório de Godoy. São Paulo: Perspectiva, 2012.

OZ, AMÓS. *Sumri*. Trad. Moacir Amâncio. São Paulo: Editora Ática, 1995.

OZ, AMÓS. *Pantera no porão*. Trad. Milton Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

OZ, AMÓS. *Judas*. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.